

*Apresentação de Dossiê*

# Desenvolvimento, Estado, Mercado e Elites: diálogos e disputas possíveis

<https://doi.org/10.31990/agenda.2022.1.0>

 **Maria Chaves Jardim**

Professora Livre Docente em Sociologia Econômica do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara. Bolsista Produtividade CNPQ. É líder do NESPOM-UNESP (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Emoção, Sociedade, Poder, Organização e Mercado) e colabora com o NESEFI-UFSCar (Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>. E-mail: [maria.jardim@unesp.br](mailto:maria.jardim@unesp.br).

 **Thais Joi Martins**

Professora Doutora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) onde atua no Centro de Artes, Humanidades e Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade. É Pesquisadora no NESEFI-UFSCar e no NESPOM-UNESP. E-mail: [thaisjoi@gmail.com](mailto:thaisjoi@gmail.com). ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-0114-4658>.

## 1 Introdução

A gênese do conceito de Desenvolvimento está na obra de Adam Smith, *Investigação Sobre a Causa da Riqueza das Nações*, escrito em 1776, que, em alguma medida, pode ser considerada como um marco inicial do conceito. Em *A Riqueza das Nações* (2017), Smith defende que o desenvolvimento de país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus próprios interesses individuais de forma espontânea. Smith (1776) partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador e a sociedade se transforma em uma sociedade mercantil. Para o autor, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais, e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade.

No que se refere à vida econômica, os indivíduos são racionais, livres, interessados e procuram otimizar o emprego de seus recursos — *homo economicus* — e, na medida em que podem agir assim, em um ambiente de trocas e disputas livres de intervenções e regulamentações políticas e culturais — mercado livre e autorregulado — realizam a melhor forma possível de produção e distribuição dos



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

recursos econômicos e materiais — em grande medida, tidos como tendendo a escassez — e assim produzem um bem comum para a sociedade, levando ao seu desenvolvimento. (PEDROSO NETO, 2011; JARDIM, 2013).

Por essa perspectiva, ao procurar o seu próprio interesse o indivíduo promoveria o interesse da sociedade, mais do que realmente procurasse promovê-lo. Tal argumento ficou conhecido pela metáfora da “mão invisível” do mercado, que seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de oferta e demanda da sociedade. A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado - oferta e demanda - sem, portanto, a intervenção do Estado.

Nessa linha, o desenvolvimento de uma nação seria decorrente da livre iniciativa entre os agentes econômicos e da produtividade do trabalho útil. Com base nesse mecanismo, seria possível promover o crescimento econômico e garantir o bem-estar de uma nação, cuja riqueza deve ser quantificada pelo seu produto anual per capita, que se convencionou chamar Produto Interno Bruto (PIB).

6

Em Adam Smith (2017), o conceito de desenvolvimento se encontra restrito à iniciativa privada dos agentes econômicos e está dissociado do papel interventor do Estado, que deveria apenas se dedicar à manutenção da segurança e defesa militar do território nacional, a execução e administração da justiça e no fortalecimento (em termos jurisdicionais) das instituições públicas. Nesse autor, a ação do Estado sobre a economia seria considerada nociva à liberdade política e econômica dos indivíduos e da nação.

Considerar esses postulados como verdadeiros, tem implicações do ponto de vista das desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas, pois naturaliza as opções e práticas políticas e econômicas ao separar a esfera econômica da sociedade, e de esferas como a cultura, a política, as relações sociais, etc. (PEDROSO NETO, 2011; JARDIM, 2013).

Em resposta as teses de Smith e de economistas influenciados por suas teses (os neoclássicos), os clássicos da sociologia se pronunciaram contra essa ideia de desenvolvimento, pontuando a presença de elementos sociais, culturais e políticos na consolidação do capitalismo moderno e, portanto, a necessidade de se considerar elementos não econômicos nas escolhas econômicas, no desenvolvimento e financiamento do desenvolvimento de uma nação (JARDIM, 2018). Por exemplo, lembramos a tese

sobre a exploração da mão-de-obra do trabalhador, transformada em mercadoria em Marx (2011); o altruísmo e a solidariedade da sociedade em Durkheim (1996), como contraponto ao egoísmo do agente econômico em Smith; os elementos culturais presentes no dinheiro em Simmel (2009) e a importância da ética protestante calvinista como elemento consolidador do capitalismo (WEBER, 2001). Juntos, os clássicos da sociologia demarcaram um território analítico a partir do qual é impensável o desenvolvimento de uma nação desenraizada da esfera social, cultural, política, religiosa, simbólica.

Na esteira dos clássicos e de autores da contemporaneidade, que passaram a desnaturalizar as práticas econômicas (BOURDIEU, 2000; GRANOVETTER, 2007; POLANYI, 1980, ABRAMOVAY, 2003; STEINER, 2016), chamamos a atenção para a existência de uma constante disputa pelas elites econômicas e políticas sobre o melhor conceito de desenvolvimento e sobre o financiamento do desenvolvimento, assim como a melhor compreensão sobre Estado (GRUN, 2003; JARDIM, 2007, MONTEIRO e UNDURRAGA, 2015).

7 Não obstante o esforço dos clássicos da sociologia e de autores contemporâneos, o conceito fundador de Smith, sobre desenvolvimento, parece ter sido inserido como uma prática econômica legítima, atrelada às noções de progresso, crescimento econômico, de modernidade, de racionalidade, em uma perspectiva comprometida com a Revolução Industrial, os modos de produção industrial, os padrões de consumo, a cultura ocidental e seus estilos de vida. (POLANYI, 1980; GRANOVETTER, 2007; GRUN, 2018; MOURA, 2022). O liberalismo passa a ser visto como um “tipo ideal”, com potencial para se pensar as formas de financiamento do desenvolvimento e por desdobramento, desenha uma forma específica de Estado, menos intervencionista e influencia o comportamento econômico de suas elites. Nesse processo, indicadores econômicos, como o PIB, passam a ser vistas como a métrica “natural” do desenvolvimento de um país e o mercado aparece como uma instituição com grande liberdade para decidir sobre os rumos da economia.

O contexto que estimula a proposição desse dossiê **Desenvolvimento, Estado, Mercado e Elites** é o de permanências e mudanças nas relações contemporâneas entre Estado, mercado e elites, cujas alterações, por sua vez, promovem mudanças na forma de pensar o desenvolvimento, o financiamento do desenvolvimento e as ações econômicas do governo e das suas elites em direção a este.

As controvérsias existentes na relação Estado, mercado e elites estão no centro do debate contemporâneo e fortaleceu-se com a ascensão dos governos petistas, que trouxe a retomada de uma agenda de maior ativismo estatal, reposicionando a questão da relação desenvolvimento, estado, mercado e elites (JARDIM, 2009; MARTIN MUNDO 2012; SILVA, 2013; MONTEIRO e UNDURRAGA, 2015; GRUN, 2018; JARDIM e MOURA, 2021; MOURA, 2022). Nos últimos anos, com a ascensão de Michel Temer (2016) à presidência da república e a chegada do governo Bolsonaro ao poder (2018), a discussão sobre o financiamento do desenvolvimento volta ao debate, dessa vez com uma radicalização do afastamento do Estado da atividade econômica, assim como a proposta de um desenvolvimento protagonizado pelo mercado, ressignificando, por sua vez, as tomadas de posições das elites políticas e econômicas do país.

## 2 Transformando ideias particulares em *doxa*

A divisão social do trabalho existente nos séculos XVIII e XIX levou a separação de dois segmentos antes imbricados: economistas de um lado e os demais cientistas sociais do outro. Naquele momento, economistas passaram a dedicar esforços na compreensão do mercado, do dinheiro, das bolsas de valores, dos investimentos dos grupos empresariais, enquanto temas como a pobreza, a desigualdade social, partidos políticos, Estado, sindicato e classes sociais, ficaram para os cientistas sociais, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos (JARDIM, 2018).

Nessa divisão, a ciência econômica passou a prescrever algumas “verdades”, que Pierre Bourdieu (2008; 2014) chama de *doxa*, por exemplo, que as decisões econômicas são neutras, racionais e resultantes de modelos matemáticos; que decisões sobre o melhor modelo de desenvolvimento e de Estado seriam decisões racionais, que pouco ou nada deviam às variáveis não econômicas, como por exemplo o comportamento das elites econômicas nacionais, a cultura e a política nacional. Desta feita, a teoria econômica neoclássica dá uma aparência de naturalidade a algo que é resultante de uma construção social (JARDIM, 2018).

Esse conjunto de postulados defendidos pela economia neoclássica têm sido largamente difundido nos cursos de economia nas universidades internacionais e nacionais e tem estimulado jovens estudantes a encararem a economia como uma esfera autônoma da vida social; como uma questão puramente técnica ou matemática e a enxergarem os indivíduos como um conjunto atomizado

de sujeitos egoístas.

Lebaron (2011) argumenta que a visão *mainstream* de economia encontra eco nas escolas de economia dos Estados Unidos e tem formado os diretores e os presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo. Essa perspectiva traz empoderamento à ciência econômica, reproduzindo o ciclo de dominação simbólica e de profecias auto-realizantes que a disciplina exerce, tanto nas esferas do mercado, quanto na esfera social (LEBARON, 2000; 2011).

No Brasil, a Faculdade Getúlio Vargas e a PUC do Rio de Janeiro seriam as representantes dessa versão que negligência os fenômenos econômicos como fatos históricos localizados geograficamente e composto pelas “motivações de homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, nada racionais, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos” e que defendem crenças ortodoxas na formação de administradores e economistas (JARDIM, 2018, p.12).

A clássica tese de Loureiro (1997) mostra as clivagens que passam a existir no campo dos economistas nos anos 1980 e 1990 no Brasil, destacando as seguintes correntes teóricas/ideológicas: visão monetarista ortodoxa (EPGE/FGV), corrente inercialista (PUC-RJ) e corrente pós-keynesiana (UFRJ e Unicamp). As duas primeiras orientações seriam mais privatistas e próximas dos bancos; a última abarcaria o desenvolvimentismo e suas clivagens.

Em diálogo com Loureiro (1997), Sochazcewski (2002) defende que o campo dos economistas no Brasil possui duas grandes correntes ideológicas, composta por economistas que “[...] defendem (...) a liberalização da economia como única política fundamental de crescimento [...]”, o que se convencionou chamar de monetaristas (SOCHAZCEWSKI, 2002, p. 36). Por sua vez, os monetaristas se dividem entre os que repudiam toda e qualquer intervenção estatal e aqueles que admitem a intervenção do Estado, mas com redução ao mínimo. Do outro lado estão os economistas “[...] que defendem – em variadas combinações entre mercado e política – a participação estatal para dar suporte e sustentabilidade ao crescimento”, os quais serão chamados aqui de heterodoxos ou desenvolvimentistas (SOCHAZCEWSKI, 2002, p. 36). Entre os heterodoxos as distinções devem-se sobretudo as visões sobre os momentos que o Estado deve intervir e sobre a necessidade da construção de um “projeto nacional” (SOCHAZCEWSKI, 2002). Dentre os desenvolvimentistas temos, ainda, aqueles que defendem o desenvolvimentismo do setor privado, que seria uma forma de uso do Estado para fortalecer apenas o mercado.

Essas classificações podem nos ajudar a entender as tomadas de posição econômicas no Brasil, tanto nos governos passados, quanto nos atuais. Os artigos que compõem o dossiê abordam as disputas internas nos governos Sarney, Cardoso, Lula e Dilma em torno do melhor modelo de desenvolvimento e da disputa entre a perspectiva monetarista e/ou heterodoxa.

Pierre Bourdieu (2008) nos ajuda a entender o poder de classificação da teoria econômica neoclássica ou clássica, por meio do conceito de crença, entendida como:

A crença define-se pelo desconhecimento do crédito que ela confere a seu objeto e que contribui para os poderes que esse objeto tem sobre ela, nobreza, notoriedade, prestígio, reputação, honra, renome, ou ainda dom, talento, inteligência, cultura, distinção, gosto — projeções da crença coletiva que a crença crê descobrir na natureza de seus objetos. (...)A crença, adesão que ignora o fato de que faz existir aquilo a que adere, não sabe ou não quer saber que tudo o que faz o encanto intrínseco de seu objeto, seu carisma, é apenas o produto de inúmeras operações de crédito ou descrédito, todas igualmente inconscientes de sua verdade, que se realizam no mercado de bens simbólicos e que se materializam em símbolos oficialmente reconhecidos e garantidos, signos de distinção, índices de consagração e diplomas de carisma como os títulos de nobreza ou os títulos escolares, marcas de respeito objetivadas exigindo as marcas de respeito, pompa e aparato que têm por efeito não somente manifestar a posição social como também o reconhecimento coletivo que lhe conferimos pelo simples fato de autorizá-lo a fazer semelhante demonstração de sua importância. (BOURDIEU, 2008, p.114)

10

Para o autor, na medida em que as crenças de um campo são capazes de estabelecer padrões de legitimidade e reconhecimento, elas carregam um poder que é quase mágico, sendo que a crença dominante forma uma *doxa*, um tipo de “senso comum naturalizado”, que passa a ser seguido pelos dominados do campo e reforçado pelos dominantes. A *doxa* é “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam o Estado e constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (BOURDIEU, 1996, p. 120). Nesse sentido, existiria uma grande disputa nos campos econômico e político pela imposição de uma *doxa* sobre o fazer econômico e o melhor modelo de desenvolvimento.

Lebaron (2012) se inspira no conceito de crença definido por Bourdieu, para pensar o campo econômico. Em suas pesquisas, observa que as estratégias dos agentes econômicos são “resultado de um processo de avaliação coletiva que não pode ser reduzido a uma lei mecânica” (LEBARON, 2012, p. 41). Na perspectiva de Lebaron, o campo das escolas de economia tende a reproduzir a *doxa* dominante, dando corpo a perspectiva monetarista. Como veremos no decorrer desse texto, a crença

heterodoxa ou desenvolvimentista também aparece com protagonismo, mas a maior parte do tempo é o monetarismo que domina, sobretudo a partir dos anos 1980.

Lebaron (2012) realizou um estudo sobre presidentes de Banco Centrais, e afirma que o paradigma neoliberal encontrou eco nas escolas de economia dos Estados Unidos, a partir de 1980, e tem formado os diretores e os presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo, influenciando, de alguma maneira o desenho do modelo de Estado e das escolhas econômicas em diversos países.

Boltanski e Chiapello (2009) tomam voz no debate e afirmam que é na ciência econômica *mainstream*, especialmente nas correntes clássicas e neoclássicas, que os “responsáveis pelas instituições do capitalismo foram buscar justificações”, processo visto desde o século XIX até os dias atuais. Para os autores, a questão central é a capacidade da ciência econômica de se apresentar como científica, sob a justificativa de que seus argumentos “não[são] ideológicos e não diretamente ditados por normas morais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 43). Mais enfaticamente, os autores evidenciam o poder de neutralidade das crenças divulgadas pela ciência econômica.

### **3 Contra movimento: questionando a *doxa* econômica vigente**

11

Apesar da força da economia neoclássica, que coloca como neutra as decisões criadas pelo Estado sobre as práticas econômicas, um conjunto de autores na contemporaneidade tem mostrado que os ditos fenômenos econômicos não podem ser descolados dos elementos sociais e devem ser estudados como estruturas sociais, ou seja, “formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções” (SWEDBERG, 2003, p.255; POLANYI, 1980; GRANOVETTER, 2007).

Nesse contexto, destaque para a tese de Karl Polanyi, que no seminal *A grande Transformação*, argumentou que a economia de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana, pois a autonomia do mercado conduziria à destruição social. Nesse livro, Polanyi (1980) argumentou que uma sociedade de auto mercado já nasceria fadada ao fracasso, pois retiraria toda a sua capacidade de coesão social, de solidariedade, de dádiva. Para o autor, foi em um “contra movimento” constante que a sociedade permitiu e autorizou a criação da economia de mercado, que só funciona, segundo Polanyi, porque está enraizado na sociedade. Logo,

a economia de mercado não nasceu dos conceitos abstratos dos economistas e nem foi algo criado contra a vontade humana. É uma criação histórica, datada, cultural, humana (POLANYI, 1980).

Inspirado em Polanyi, Granovetter (2007) desenvolveu o conceito de enraizamento. Para Granovetter, se nas sociedades pré-mercantis, o comportamento econômico se encontrava imerso em relações sociais, nas sociedades modernas, a economia se torna uma esfera diferenciada; as transações econômicas não mais se definem por obrigações sociais, mas por cálculo racional voltado para maximizar o ganho individual. Contudo, o autor entende que os atores econômicos também orientam a sua conduta por objetivos que são sociais (como sociabilidade, reconhecimento, status, poder); logo, não agem de maneira autônoma, pois suas ações estão sempre enraizadas em sistemas de relações sociais – em redes sociais. (JARDIM, CANDIDO, 2019)

Para Granovetter (2007) os fatos econômicos “não ocorrem em um vazio, mas dentro de um marco social, composto por relações sociais variadas que envolvem confiança, instituições, organizações e redes interpessoais concretas” (GRANOVETTER, 2007, p. 23).

Tomando parte nesse debate Sen (2002) pontua que além das questões econômicas que são associadas ao desenvolvimento, outros aspectos sociais devem ser destacados, como a participação e a liberdade política, a educação básica estendida para todos, a assistência médica, entre vários outros elementos sociais que medem também o índice de desenvolvimento de um país ou região, para além do PIB. (SEN, 2002).

Pela perspectiva dos autores citados, a crença de que opções econômicas são neutras, como a crença em torno da escolha do melhor modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, é questionada; e no lugar de olhar o modelo de desenvolvimento como decisão neutra, e desconectada da esfera social, os autores pontuam que a política econômica é uma crença produzida pelas escolas de economia dominantes e por isso, um fenômeno social.

Considerando os postulados acima, a escolha do melhor modelo de desenvolvimento não se explica de forma racional, já que não seria fruto de agentes racionais, que isolados em seus escritórios e de “sangue frio”, buscam estrategicamente a solução ótima para o desenvolvimento do país. (JARDIM, 2018). Trata-se de decisões que precisam ser explicadas a partir de elementos sociais, oriundos de decisões de agentes e elites historicamente e culturalmente socializados, de posse de suas

emoções, que realizam encontros oficiais e de corredores, que sofrem e que fazem sofrer na busca por uma solução que não necessariamente é a ótima. (JARDIM, 2018).

Portanto, para o desenvolvimento de um país deve-se levar em conta não somente elementos vinculados à economia, ao mercado e ao aumento de renda, antes, as questões sociais, o bem-estar coletivo e a justiça social, ou mesmo a formatação de uma agenda de políticas públicas que se direcione para metas sociais e coletivas (DINIZ, 2011), de forma a ultrapassar a relação existente entre Estado e elites econômicas e corporativas para se pensar na universalização ou no acesso do cidadão aos bens públicos e coletivos. (DINIZ, 2011)

Para além dos aspectos sociais, cabe ainda mencionar, com inspiração em Bourdieu (2008), quais seriam os mecanismos de dominação simbólica que envolvem o debate sobre desenvolvimento e elites econômicas no Brasil. Assim, o que estaria em jogo são os recursos simbólicos adquiridos por esses grupos e agentes na sua formatação, cujos recursos são utilizados para a manutenção da ordem.

Sobre o assunto, Saint Martin (2008; 2022) aborda o uso da violência simbólica por parte das elites, através de suas habilidades sociais de mobilizar outros grupos ou de suscitar indignação através de seus romances, obras de arte, ou gestos políticos. Ainda segundo a autora, podemos destacar também o pacto simbólico de fidelidade, que é estabelecido entre elites e povo, na medida em que a elite, em muitos momentos históricos, se coloca como protetora do povo através de um pacto de fidelidade e honra. Ou seja, existem estratégias morais e não só econômicas de mobilização dos agentes sociais, como as estratégias de dominação que podem se dar através de eufemizações (irreconhecível e reconhecida) sendo dissimuladas através do encantamento.

Para Lebaron e Dogan (2016), analisar as tomadas de posição das elites econômicas e políticas, em especial as lideranças, é um procedimento de grande relevância para a análise científica e nos ajuda a entender conjunturas políticas e econômicas, priorizando as ideias dos agentes tomadores de decisão, portanto, para além de análises puramente institucionais. Da mesma forma, Dezaley e Garth (2006) afirmam que o estudo das elites econômicas nos ajuda a entender o Estado, pois as transformações no modo de condução da política econômica e, de forma mais ampla, do próprio Estado, são decorrentes das mudanças nas preferências das elites dirigentes.

A discussão sobre elites e Estado faz parte de um contexto em que, de acordo com Monteiro e Underraga (2015), o conjunto de estudos sobre a temática adquiriu outra dimensão a partir das

décadas de 1970 e 1980; ocasião em que se tornou mais recorrente a incursão ao tema, especialmente por parte de cientistas políticos, sociólogos, historiadores, economistas. Segundo Grynszpan & Grill (2011) isso se deu por pelo menos dois aspectos: o primeiro foi a ruptura com sua marca antidemocrática expressa nos autores clássicos da elite, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels; e o segundo aspecto diz respeito à progressiva autonomização do objeto elites, que passou a ser abordado a partir de perspectivas teórico-metodológicas diversas, inicialmente no quadro da ciência política e da sociologia política americana, que, aos poucos, foi adquirindo maior abrangência nos demais ramos das ciências humanas e sociais, sobretudo nas últimas décadas.

Nessa linhagem de novos estudos sobre elites, autores bastante referenciados são Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin (2008<sup>1</sup>; 2022), sendo que para esta última devemos falar em elites no plural, uma vez que cada campo produziria suas próprias elites (elite econômica, elite política, elite cultural, religiosa, etc.) (SAINT-MARTIN, 2008, p.48).

#### **4 Brasil: autores clássicos do tema Desenvolvimento**

No Brasil, as pesquisas sobre o tema do desenvolvimento nas ciências sociais brasileiras se iniciam em meados dos anos 1940, aprofundados em 1950, a partir da industrialização e não esteve isolada de temas como preocupações com a classe trabalhadora (salário, jornadas de trabalho), ambientes de trabalho urbano e rurais, organizações e condições dos ambientes de trabalho e relações entre empregados e empregadores.

Nesse debate, Furtado (1961) critica o conceito de desenvolvimento concebido pela economia neoclássica, o qual, inspirado na tese de Smith de 1776, acredita que o desenvolvimento se irradia naturalmente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos o mesmo nível de progresso material, social e cultural. Segundo Furtado (1961), os teóricos do crescimento não se atentaram para o fato que a crença em um progresso promissor se vê freada pelos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais advindos das metrópoles. A vertente neoclássica coloca o desenvolvimento como um processo contínuo e ignora impedimentos sociais e culturais, assim como não percebe o papel das elites na condução do desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Trazemos uma entrevista com Monique de Saint Martin nesse dossiê.

Na década de 1940, a contribuição realizada pelo economista argentino Raul Prebisch ressignificou o debate em torno do conceito de desenvolvimento ao defender a necessidade de se levar em conta as especificidades estruturais e desigualdades dos países da América Latina e Caribe, e não apenas a aplicação de modelos macroeconômicos e econométricos concebidos no norte ocidental.

Prebisch (1949) refuta o pressuposto teórico de esquema de divisão internacional do trabalho, onde as relações de intercâmbio comercial estavam organizadas entre os países industrializados, chamados como centro, e os países da América Latina, a periferia dos sistema econômico, responsáveis pela produção de alimentos e de fornecimento de matérias-primas para os centros industrializados (PREBISCH, 1949, p.71). O autor defende que os benefícios do desenvolvimento econômico gerados nesse modelo não chegavam aos países da América latina e beneficiavam apenas os grandes centros industriais, contribuindo para um desequilíbrio que derrubava o pressuposto teórico de “divisão equitativa”.

Esse debate resultaria na fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. As principais formulações teóricas no pensamento cepalino (no qual se destacam os economistas Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, o próprio Prebisch) estariam centradas na compreensão dos problemas relacionados ao subdesenvolvimento econômico e forneceriam bases teóricas para o modelo denominado “nacional-desenvolvimentismo”.

Em paralelo, a sociologia brasileira acompanha a industrialização do Brasil passando pelo conceito de desenvolvimento. Figura de destaque é Fernandes (1973), que pensa o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente. Assim, os conceitos de dependência e subdesenvolvimento capitalista seriam duas acepções teóricas para explicar a situação dos países de origem colonial e capitalismo tardio, cujo patamar de acumulação de capital, foi altamente prejudicado pela posição subordinada nas relações internacionais de poder. (FERNANDES, 1973). Sua análise do subdesenvolvimento nega a tese da evolução social, rechaçando a ideia de que o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa atrasada do capitalismo. Questionou, ainda, as proposições de que a superação se daria por meio da aceleração do crescimento econômico. Por fim, identifica que a própria burguesia latino-americana “se encontra a serviço dos interesses paralelos dos centros irradiadores de influência do capitalismo dos quais ela depende” (TREVISAN, 2017, p. 598).

Esse tema é explorado no livro *A Revolução burguesa do Brasil* (1975, p.35), quando Fernandes afirma que o capitalismo não é apenas uma realidade econômica, mas “[...] acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural [...]”. Isso significa compreender a implantação e a constituição do capitalismo em uma sociedade com o passado colonial, assim como a emergência de uma burguesia que, nessas condições, realiza a sua Revolução Burguesa. Florestan entende a revolução burguesa brasileira como um processo autocrático, antidemocrático, antissocial e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar no clientelismo e fisiologismo dos partidos da ordem e conservadores.

Nesse sentido, a Revolução Burguesa não teria acontecido no Brasil, na medida em que as forças de mercado internacionais subordinavam as elites brasileiras. Para Fernandes (1979), a saída principal para este impasse se daria através da educação, que mobilizaria a população em direção a uma cidadania crítica.

No bojo de tais transformações da morfologia social brasileira no século XIX, Cardoso (1961) destaca que o surgimento do mercado de trabalho serviu para ampliar a divisão social do trabalho existente no Brasil. Cardoso e Faletto (1977) apontam que o desenvolvimento da nação seria o mais político e histórico dos temas econômicos. Pesquisas empíricas do período afirmam a centralidade do tema, colocando em foco o papel das elites empresariais e estatais neste processo (IANNI 1965; MARTINS 1968; CARDOSO, 1972), tendo o livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO e FALLETO, 1977) representando o ponto alto desta trajetória. É importante lembrar que os estudos realizados no país sobre os impasses do desenvolvimento (CARDOSO e FALLETO, 1977) estão entre as áreas de produção sociológica nacional mais influentes no exterior (GRUN, 2007).

Um outro nome de destaque na discussão é Diniz (2011), autora que assinala que a liderança de Vargas sustentou uma nova política que imbricava elites tradicionais agroexportadoras, empresários industriais, bem como trabalhadores urbanos. Segundo a autora, o pensamento industrialista vai se moldando a partir da ruptura com a república velha oligárquica e da necessidade de um Estado forte e intervencionista; mas que se articula com a necessidade histórica de posturas autoritárias herdadas do passado, que se mesclam com uma nova doutrina corporativa emergente.

Nesse interim, outra contribuição importante é dada por Ianni, que em sua obra *Estado e Planejamento no Brasil* (1996) descreve o papel desempenhado pelo Estado brasileiro no processo de planejamento e desenvolvimento industrial brasileiro e destaca que a revolução de 1930 constituiu um marco na história política do país, visto que ocasionou a perda da hegemonia política pela burguesia cafeeira em favor da classe industrial ascendente.

De acordo com Ianni (1996), as reformas implementadas pelo presidente Getúlio Vargas tiveram início a partir de estudos envolvendo vários segmentos da sociedade. Foram organizadas diversas comissões de estudo em todos os setores da economia nacional, que resultaram em um conjunto de leis e medidas econômicas que nortearam investimentos nos setores industriais do país e as relações de trabalho na indústria brasileira. Desta maneira, os governantes “passaram a reformular as condições de funcionamento de mercado de fatores de produção (ou forças produtivas), bem como as relações internas de produção, e as relações entre a economia brasileira e a economia internacional” (IANNI, 1996, p. 26). Esse conjunto de ações e atividades estatais (criação de ministérios, empresas públicas, secretarias, órgãos de planejamento) realizadas no período de 1930-1945 assinalaram “a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês” (IANNI, 1996, p. 26).

Segundo Diniz (2011), um outro importante momento para o país, no que diz respeito às políticas desenvolvimentistas, deu-se entre 1946 e 1964, a partir do denominado nacional-desenvolvimentismo, que caminhou lado a lado com o regime democrático. (DINIZ, 2011). Portanto, o auge da implementação e da execução de um planejamento nacional para viabilizar o desenvolvimento e a industrialização deu-se com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) por meio do denominado “Plano de Metas”. Outro momento histórico que é marcado pelo desenvolvimentismo é o de 1964-1980, no entanto, a conduta governamental foi alicerçada em um desenvolvimentismo autoritário. (DINIZ, 2011).

Para a autora, o governo ditatorial articula-se mais uma vez através da aliança do empresariado industrial da Federação das Indústrias de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria. O apogeu destas alianças se dá no governo Médici (1969-1974), com o “Milagre Econômico”, momento em que o país tem um crescimento do desenvolvimento econômico, contudo, com concentração de renda, endividamento externo e forte inflação.

Nos anos de 1975-1980 visualizamos o pacto nacional desenvolvimentista degradar-se e na sequência, de 1985-1989, vemos a luta pela democracia crescer juntamente com o avanço de uma ideologia privatista por parte do empresariado, que criticava a intervenção estatal na economia. De 1980 e 1990 observa-se um momento denominado de “Pós-desenvolvimentista” e início da implantação das crenças neoliberais. As crenças neoliberais fundamentaram o governo de Collor de Mello, Cardoso e em alguma medida, parte dos governos Lula e Dilma. Essas mesmas forças norteiam as relações entre desenvolvimento, mercado, Estado e elite durante os anos Temer e Bolsonaro. É o que trataremos no restante do artigo.

### **5 Cenário internacional: neoliberalismo como *doxa***

No final dos anos 1980, o cenário econômico mundial esteve enfraquecido pela crise fiscal que abateu sobre os países latinos americanos, devido as crises do petróleo. Nesse contexto, o Brasil é capturado por uma onda ideológica neoliberal, iniciada nos Estados Unidos na década de 1970 (BRESSER-PEREIRA, 2007). Essa forma econômica de pensar, agir e sentir (LABARON, 2012), se convencionou chamar de Consenso de Washington e foi o fio condutor do governo Cardoso (TAVARES, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2007) e, mais atualmente, inspiraram os governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022). Quando falamos em Consenso de Washington, buscamos apenas um marcador simbólico desse momento, pois, conforme nos mostram Dezalay e Garth (2006) os países não fizeram importação automática dos paradigmas estabelecidos no Consenso de Washington. Ao contrário, houve tensão interna em cada país e negociação com os códigos econômicos, políticos e culturais existentes nestes.

Para Lebaron (2012), o Consenso de Washington foi a “ascensão incontestável das “soluções de mercado”, que vão de políticas orçamentárias e monetárias “ortodoxas” à privatização massiva dos serviços públicos e à integração no mercado mundial dos capitais” (LEBARON, 2012, p.54). É nesse momento de reconstrução do credo ‘liberal’ como consenso, que a preocupação com o ajuste estrutural macroeconômico se tornou vigente.

Ainda segundo Lebaron (2012), naquele momento os Estados Unidos se firmaram como protagonista em um processo de imposição de uma dominação simbólica ao resto do mundo, fundada na hegemonia de *Wall Street* após a Segunda Guerra Mundial e que se consolida, a partir dos anos de

1970 e 1980, impulsionada pela ascensão de Thatcher, como primeira-ministra no Reino Unido e de Reagan à presidência dos Estados Unidos sob a narrativa da necessidade da contenção radical das despesas públicas visando o “Estado mínimo”. (MOURA, 2021; JARDIM e MOURA, 2022).

Essas mudanças ocorreram em meio às disputas culturais-político-econômicas entre as diversas convenções do pensamento econômico mundial, diante do propalado fracasso do modelo desenvolvimentista em início dos anos 1980, o qual era inspirado no pensamento *keynesiano*.

Jardim (2009) ressalta que essas transformações dos anos 1980 atingiram sobretudo os mercados financeiros, influenciando na “abertura de fronteiras, na liberação do comércio, desregulamentação financeira e na propulsão da privatização, as quais levaram ao recuo do papel do Estado nas políticas sociais e intenso estímulo ao capital privado” (JARDIM, 2009, p.125), argumento compartilhado por Grün (2010) e Silva (2017).

Houve um “consenso”, nos anos 1990, de que o foco de atuação da política econômica deveria ser representado pela busca da estabilidade macroeconômica, na construção de regras fiscais rígidas e ocorreu o processo de consolidação da financeirização das finanças públicas. A partir de então, o ponto fundamental das agendas governamentais passou a incorrer pela cobrança da realização de superávits estruturais<sup>2</sup> capazes de atender as expectativas dos agentes investidores (LOPREATO, 2013), dentro da chamada ortodoxia convencional. Na interpretação de Bresser-Pereira (2006), a ortodoxia convencional refere-se a um “[...] conjunto de teorias, diagnósticos e propostas de políticas que os países ricos oferecem aos países em desenvolvimento” (BRESSER-PERREIRA, 2006, p. 16). Ainda segundo esse autor, essa teria como base a teoria econômica neoclássica, mas não se confundiria com a mesma pelo fato de não ser teórica, mas “abertamente ideológica e voltada para propostas de reformas institucionais e políticas econômicas” (BRESSER-PERREIRA, 2006, p. 16).

Nesse processo, se consolidou a construção teórica que resulta da aproximação entre duas escolas, quais sejam, os novos-clássicos e os novo-*keynesianos*, o convencionalmente chamado Novo Consenso Macroeconômico. Essa escola ganhou adesão entre os *policy makers* e o campo acadêmico, centralizando o uso da taxa de juros na gestão da demanda agregada como meio de alcançar a convergência entre o produto potencial e o efetivo e garantir a meta de inflação desejável

<sup>2</sup> No senso comum, seria um indicador de que o país é um “bom pagador”.

(WOODFORD, 2009; MOURA, 2022). Essa abordagem teórica coloca o mercado como o financiador do desenvolvimento, retirando o propalado peso do Estado.

Este modelo, adotado no Brasil no final dos anos 1990, e popularmente chamado de “tripé macroeconômico”, possibilitaria a estabilidade macroeconômica por meio do Regime de Metas de Inflação, da política de câmbio flutuante e de metas de *superávits* fiscais (no caso brasileiro, institucionalizada por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). (MOURA, 2022)

Postulada como fiadora da credibilidade nesse “novo consenso macroeconômico”, a política fiscal assume um papel secundário, passando a ser dependente da política monetária, quando “exige-se que as metas de *superávit* primário sejam ajustadas permanentemente aos aumentos na taxa de juros para evitar que a dívida pública se eleve como proporção do PIB” (GOBETTI e AMADO, 2011, p. 144). Na visão dos adeptos dessa teoria, “o sucesso em levar adiante a redução dos gastos públicos, abriria espaço à queda da taxa de juros e à expansão dos investimentos privados, permitindo a retomada do crescimento econômico (LOPREATO, 2013, p.16-17) e do desenvolvimento, via mercado.

Apesar das divergências teóricas entre os próprios economistas ortodoxos, a crença difundida em torno da política fiscal se encontra baseada na ideia de contração fiscal expansionista (ALESINA e ARDAGNA, 1998; MOURA, 2022), propalado no corte dos gastos públicos, o que pressupõe um desenvolvimento com baixa intervenção do Estado e alto protagonismo do mercado.

No caso brasileiro, especialmente, buscando enquadrar-se nos critérios exigidos pelo Fundo Monetário Internacional, o governo brasileiro passou a realizar metas de *superávit* primário cada vez maiores, sendo essas entendidas como a diferença positiva entre as receitas e despesas do governo, excetuando os juros da dívida pública. A crença econômica reproduzida por essa teoria, pressupõe o sacrifício de elementos sociais em detrimento da vida econômica, sendo que busca pela realização de *superávits* primários, o controle da inflação, o saneamento das contas públicas e a defesa do câmbio flutuante tornaram-se um mantra do período (JARDIM e MOURA, 2021).

Lebaron (2016) denomina tais crenças difundidas pelas teoria econômica, como “ideias zumbis”, uma vez que continuam sendo ensinadas nas universidades, divulgadas e ainda estruturam o debate público, assim como o desenvolvimento de uma nação, “embora sejam contestadas de todos os lados nas obras das ciências sociais, ciências políticas, sociologia, antropologia, história e até mesmo

dentro de ciência econômica, em suas várias expressões, onde ainda é um dos lugares de sua maior reprodução” (2016, p.5-8).

## **6 A chegada do neoliberalismo como crença *dóxica* para o desenvolvimento: de Collor a Cardoso**

A partir da consolidação das finanças na agenda global nos anos 1980 e 1990, o Brasil passou a seguir o movimento das finanças internacionais nas reformas e processos de liberalização da economia, fortemente influenciado pelas propostas difundidas pelo FMI e o Banco Mundial.

Em 1990, com o governo de Fernando Collor de Melo, houve um rompimento com o nacional desenvolvimentismo, na medida em que a economia se moldou cada vez mais pela lógica da privatização. Esse momento de mudança alterou o papel do Estado, devido à crise do Petróleo em 1973 e a queda da taxa de lucro das empresas, aliado a um movimento mundial de baixo dinamismo econômico (PIKETTY, 2014), que levou a redução do papel do Estado na econômica.

Dando continuidade a esse modelo de desenvolvimento implantada no governo Collor de Melo (1990-1992), a gestão do governo Cardoso (1994-2001) passou a ser condicionada pela busca da estabilidade macroeconômica e na construção de regras fiscais capazes de indicar ao mercado o comprometimento com as metas anunciadas e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas (LOPREATO, 2007).

No plano nacional, a era Cardoso foi marcada pela retirada do Estado da economia, expressa nos processos de privatização, novos papéis do BNDES, uso dos fundos de pensão nas privatizações das estatais, desregulamentação de atividades econômicas, expansão do ensino superior via universidades privadas, dentre outros. (JARDIM, 2007).

No ano de 1995, em um contexto de agravamento da crise financeira dos Estados, com o aumento de endividamento público, o governo federal criou o “Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados”, que tinha como objetivo a implementação de um plano de medidas, que permitisse que as unidades federativas alcançassem “o equilíbrio orçamentário sustentável”, constituindo um marco nas formas de regulação das relações financeiras entre a União e os governos estaduais.

Foi nesse contexto que o governo Cardoso passou a defender que as finanças do Estado deveriam ser equilibradas e realizou forte estímulo às empresas privadas (SALLUM e GOULART,

2016). O governo colocou em pé de igualdade as empresas de capital nacional e estrangeiro, através da aprovação de um conjunto de leis no Congresso Nacional. Essas Leis regulamentaram as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada e preservaram o programa de privatizações e de concessões.

No âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento - principal agente financeiro da industrialização do país - foi notável a diversificação setorial das empresas atendidas. Além da indústria, o BNDES passou a financiar atividades comerciais, turísticas e agrícolas, sendo que as empresas estatais deixaram de ser o ponto central. (GRÜN, 2007). No que se refere à educação, o governo Cardoso priorizou uma solução via mercado, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Sobre o contexto, Grün (2007) afirma que os movimentos de fusões e privatizações das empresas estatais abriram espaço para as corporações internacionais atuarem no mercado brasileiro e a protagonizarem o financiamento do desenvolvimento.

Segundo Lopreato (2013), o governo Cardoso concentrou suas atenções no ajuste das contas públicas, baseado na crença de que através do aprofundamento dos cortes de gastos, a resolução das questões poderia ser atingida pela criação de espaços orçamentários (LOPREATO, 2013, p.02). O governo foi favorável à estabilização macroeconômica com integração à globalização e à cooperação com investimento externo, no sentido afirmado por Sallum (1999): “Para a corrente neoliberal dominante a prioridade era a estabilização dos preços” (SALLUM, 1999, p.33).

Sallum e Goulart (2016, p. 126) apontam que, nesse contexto, a tentativa de um aprofundamento da liberalização, com base na “radicalização das privatizações, aceleração da desregulamentação e intensificação da transnacionalização da economia nacional, tornou-se politicamente impraticável, tanto pela escassez de instrumentos econômicos quanto de estoque e incentivos políticos”. Tal circunstância levou a convergência das principais elites (setores progressistas da classe média, sindicatos e parte do empresariado, vinculado ao setor produtivo) para a defesa de “bandeiras do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais” (SALLUM; GOULART, 2016, p. 126), já que todos estariam, nas palavras dos autores, “castigados” pelas políticas de desregulamentação. Foi nesse contexto que Lula ganhou espaço para impor sua agenda de inclusão social via mercado (JARDIM, 2007; JARDIM e PORCIONATO, 2017).

## 7 O modelo de desenvolvimento dos anos petistas: Lula

O debate sobre os conceitos de Desenvolvimento, Estado, Mercado e Elites foi atualizado pelas ciências sociais no Brasil, após a ascensão do governo Lula ao poder, pois este governo trouxe uma nova forma de pensar o financiamento da economia, o papel do Estado e do mercado, inclusive realizando a convergência entre diversos tipos de elites (JARDIM, 2007; GRÜN, 2017), tais como a elite sindical e a elite financeira que disputaram a gestão dos fundos de pensão (JARDIM, 2007). Nesse sentido, Grün (2007) tem insistido em suas pesquisas sobre uma guerra cultural que foi travada por diversos agentes e elites, de distintos espaços sociais (da produção, das finanças, do sindicato), que buscaram impor um consenso sobre a melhor forma de desenvolvimento nos anos Lula.

Sobre o período, Boschi (2008) argumenta que houve um novo tipo de intervencionismo estatal, que adquiriu particularidade em relação ao do passado, já que neste haveria mais uma modalidade híbrida de coordenação econômica, do que o retorno do Estado produtivo propriamente dito. O autor fala em “novo desenvolvimentismo”, pois o Estado passou a ser o regulador do social e da economia, deixando o mercado submetido à lógica do Estado.

23

Já para Bresser-Pereira (2007), o neodesenvolvimentismo presente no governo Lula, diferiu do nacional-desenvolvimentismo que vigorou na década de 1970 e do neoliberalismo vigente no governo Cardoso. Assim, o desenvolvimento pela chave do neoliberalismo teria ficado nos anos Cardoso, uma vez que Lula teria colocado em destaque a crença intervencionista, que pressupõe o controle do mercado, pelo Estado.

Esse argumento não é compartilhado por Boito (2003), Antunes (2004) e Pinassi (2012). Para esses autores, no governo Lula vigorou a submissão do Estado às finanças, uma vez que o governo só procurou recompor sua função social, através da criação de empregos, quase sempre precários e temporários, políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda, enquanto a economia se renacionalizou por meio de financiamentos do BNDES. Os autores entendem que o governo Lula praticou o “social-liberalismo”, ou seja, a manutenção do modelo econômico neoliberal, combinado com crescimento econômico e políticas sociais compensatórias.

Para Sallum e Goulart (2016), no governo Lula a crença neoliberal como forma de desenvolvimento se manteve, já que este governo buscou de várias maneiras compatibilizar a herança do período Cardoso, com o programa social do partido. Posição diferente é a de Mesquita (2014), para

quem, apesar de jamais ter abandonado o tripé macroeconômico estabelecido em 1999, o governo Lula apresentou desvios em relação a este.

Para Jardim (2013) não é possível negar o programa de ajuste fiscal implementado entre 2003-2005, sob a liderança do Ministro da Fazenda, Palocci e de Meirelles, do Banco Central do Brasil. Contudo, é possível identificar no segundo mandato Lula uma postura mais desenvolvimentista e heterodoxa.

Segundo Jardim e Silva (2015), o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Lula a partir de 2008 teve forte estímulo ao consumo das famílias, o que foi possível com a política de microcrédito (conhecida como “bancarização dos pobres”), aumento do salário-mínimo e a ampliação do Bolsa Família. Essas medidas teriam distanciado o governo Lula ainda mais de um modelo de desenvolvimento fundado no neoliberalismo e o aproximado de um Estado com crenças reguladoras, ainda que com forte presença das finanças (JARDIM, 2013), já que houve o aumento dos gastos com proteção social, que produziu certo “crescimento através da distribuição” e que permitiu a monetarização de áreas pobres e a melhora de regiões atrasadas (SALLUM e GOULART, 2016).

24

Grün (2014) acrescenta que após o escândalo do mensalão, o governo Lula deu uma guinada na política macroeconômica. Para Jardim (2013) a crença em um Estado intervencionista foi iniciada a partir de 2006, quando houve mudanças na composição do governo, com a substituição da elite dirigente, de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda e de José Dirceu por Dilma Rousseff, na Casa Civil. Essas mudanças teriam sido reforçadas durante a crise de 2008, com investimento no mercado interno.

Isso se deve a crise de *subprimes* em 2008, que teria reacendido o debate sobre política fiscal e colocou em dúvida o “consenso” consolidado nos anos 1990, de que o foco de atuação da política fiscal deveria ser representado pela busca da estabilidade macroeconômica e na construção de regras fiscais rígidas, capazes de indicar ao mercado o comprometimento com as metas anunciadas, e assegurar a sustentabilidade intertemporal das contas públicas. A atuação anterior impulsionou a necessidade de buscar outras ideias, em resposta ao novo momento produzido pela crise, o que teria sido representado pela retomada do arcabouço keynesiano e o papel ativo do Estado como indutor do desenvolvimento frente as crises econômicas (GRUN, 2018; JARDIM, 2007; SILVA, 2017; MOURA, 2022).

Nesse sentido, durante a crise de 2008, o governo Lula aumentou os incentivos de duas maneiras: desoneração de impostos e concessão de financiamento subsidiado às empresas; assim, o governo adotou a chamada política expansionista para estimular a economia e o consumo dos brasileiros.

Jardim (2013) acrescenta que a política fiscal adotada pelo governo Lula a partir de 2008, foi pautada pelo estímulo ao mercado interno, a saber: medidas para estimular o crédito; postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas; redução de impostos para estimular o consumo; fortalecimento do PAC, como indutor de investimentos públicos no setor produtivo; ampliação das funções do BNDES, que antes emprestava dinheiro somente para as grandes empresas e nesse contexto passou a emprestar para as pequenas e médias empresas; ampliação do Conselho Monetário Nacional; e a alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo. (Jardim, 2013).

Jardim (2007; 2009; 2013) e Silva (2013) apontam que este governo passou a se apoiar nas poupanças dos fundos de pensão para o investimento nos projetos de infraestrutura do país, sobretudo no PAC, inclusive para a aquisição de ações de empresas, estratégia que teria gerado emprego e renda. (JARDIM, 2009; SILVA, 2013). Jardim (2007; 2009; 2013; 2018) tem insistido sobre o papel dos fundos de pensão como financiadores do desenvolvimento durante os anos Lula.

Nesse sentido, o governo teria ampliado a intervenção estatal através de mecanismos destinados a oferecer financiamentos produtivos em longo prazo e com juros baixos para as obras do PAC. Buscou estimular as empresas estatais que não foram privatizadas no governo Cardoso (caso da Eletrobrás, por exemplo) e permitiu que as mesmas se associassem às empresas privadas para aumentar os investimentos com recursos do Tesouro. Finalmente, o BNDES redirecionou seus investimentos para o desenvolvimento de empresas nacionais. Por fim, buscou incentivar a competitividade das empresas brasileiras em relação às multinacionais que operavam no país (no setor das telecomunicações, por exemplo), além de incentivar as companhias nacionais a se expandirem para o exterior.

Mundo Neto (2012) afirma que no governo Lula o Estado atuou de forma direta no mercado de capitais e adquiriu recursos de terceiros. Tal fenômeno teria acontecido através da BNDES-PAR, que é uma *holding* estatal gestora de capital de risco, subsidiada pelo BNDES. Teria havido uma mudança no modelo de atuação da BNDES-Par, que teve como crença central a participação no

mercado financeiro. Ademais, o governo Lula trouxe proteção às empresas de capital nacional e melhorou a distribuição de renda e proteção aos trabalhadores pobres, por meio da ampliação do acesso à educação superior, com destaque para a Restruturação e Expansão das Universidades Federais e a política de cotas.

A partir do que foi dito acima, podemos inferir que no período Lula, as relações íntimas entre Estado, Mercado e as elites econômicas do mercado foram uma constante. Relações estas que propiciaram um modelo de desenvolvimento realizado a partir da convergência de diversas elites (elite financeira, econômica, rural, sindical), que propiciou um modelo híbrido de desenvolvimento, consolidando a relação entre Estado e mercado, sob a regulação do Estado, das seguintes formas: apoio e consolidação das empresas nacionais via BNDES, estímulo a universidade pública (REUNI) e privada (Prouni) e consolidação do mercado de fundos de pensão, gerido pelos sindicatos e centrais sindicais (JARDIM, 2013).

## 8 Anos Dilma

Com a vitória de Dilma Rousseff para a presidência da República nas eleições de 2010, ocorreu um processo de continuidade do modelo de desenvolvimento adotado no segundo governo Lula, dando prioridades a ampliação do investimento em obras de infraestrutura, energia, saúde, habitação, via PAC e capacitação técnico profissionalizante. Do lado econômico, Dilma iniciou seu primeiro mandato adotando um modelo de desenvolvimento via mercado.

Contudo, em fevereiro de 2011, o governo federal anunciou a execução de uma política de ajuste fiscal, com o corte de 50 bilhões de reais no orçamento, confirmando que faria o controle da inflação e das contas públicas, enquanto o Banco Central realizou um “aperto” na política monetária ao elevar a taxa de juros de 10,75% para 11,25% ao ano em sua primeira reunião.

A partir do ano de 2012, agentes da elite dirigente do governo Dilma, como o ministério da Fazenda, Guido Mantega e o secretário de Política Econômica, Márcio Holland, batizaram de “Nova Matriz Econômica” a política econômica do governo, que estava organizada em três eixos: redução da taxa de juros e dos *spreads* bancários, expansão fiscal (estímulos com expansão de crédito a juros subsidiados, desonerações fiscais e tributárias da folha de pagamento, etc.) e desvalorização cambial controlada (BRASIL, 2012). Todas essas estratégias evidenciavam o papel indispensável do Estado no

planejamento do desenvolvimento (industrial, da competitividade, da produtividade) com vistas ao crescimento econômico.

Essas estratégias implementadas foram tentativas do Governo Dilma de “ressignificar e contornar as convenções de equivalência dos dogmas macroeconômicos, monetários e financeiros, de maneira a permitir a capacidade de operar os dispositivos morais de seu modelo de desenvolvimento” (SILVA, 2017, p. 30).

O foco das ações governamentais se concentrou no investimento da economia produtiva, representado pela estratégia de formação de empresas campeãs nacionais, geração de emprego e renda via PAC e Programa de Investimento em Logística (PIL), políticas de transferência de renda (política de valorização do salário-mínimo, plano Brasil Sem Miséria, Bolsa Família), a expansão do Minha Casa Minha Vida com sua segunda etapa, e a criação do programa Minha Casa Melhor. No conjunto dessas estratégias, destaque para aprovação de direitos trabalhistas aos empregados domésticos no Brasil, através da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, a PEC das Domésticas.

Contudo, para Singer (2015, p.23), ao realizar a redução dos *spreads* bancários e tentar implantar seu “ensaio desenvolvimentista”, Dilma “cutucou muitas onças com varas curtas”. Além disso, para Grün (2018), a ocorrência de diversos eventos, tais como, a retomada do aumento da taxa de juros em meados de 2013, a operação Lava Jato, o aumento dos preços dos alimentos, simbolizados no aumento do tomate e os movimentos de junho de 2013, culminariam na erosão do seu modelo de desenvolvimento e, por conseguinte, da legitimidade de Dilma no seu segundo mandato 2015-2016, sendo o momento da retomada da política de alta dos juros (GRÜN, 2018), liderada por sua nova elite dirigente, comandada por Joaquim Levy, ardoroso defensor da ortodoxia econômica (MOURA, 2022).

Nesse contexto, a narrativa dominante encontrou pretexto necessário para amplificar o discurso pela elevação da taxa *Selic*, a partir de maio de 2013 (GRÜN, 2018; MOURA, 2022). Contudo, o elemento para sustentar a tese da “gravidade” da situação econômica foi a elevação de preços do tomate naquele momento (que havia tido uma alta de 122,13% nos últimos 12 meses). O fenômeno seria uma espécie de alerta aos políticos e empresários para o agravamento da situação econômica do país. Os meios de comunicação foram objetivos em assinalar o caos econômico,

ajudando na construção de justificativas para o retorno à ortodoxia: “Dilma pisou no tomate”, “O governo pisou no tomate”, “O tomate ameaça a reeleição de Dilma” (GRÜN, 2018; MOURA, 2022).

Grün (2018) destaca que a caracterização da condução econômica como uma “pisada no tomate” passou a ser uma espécie de “munição” nas mãos da oposição e de boa parte do mercado financeiro para justificar que a presidente “não teria o controle necessário sobre a inflação”, e que o resultado seria a falta do alimento na mesa da população. É nesse contexto que a “crítica ortodoxa *mainstream*” se fortaleceu, após sua legitimidade ter sido minada pela crise de *subprimes*, em 2008 (MOURA, 2022).

Neste sentido, a “pisada no tomate” de Dilma —o suposto retorno do “dragão da inflação” e da incapacidade política em controlar esse monstro — seria incorporada pela crítica, sendo essa produzida pelos economistas *mainstream* e reproduzidas por diversos atores e pela elite política da oposição, atores econômicos e midiáticos — no centro decisório da política econômica do governo ainda no ano de 2013 (MOURA, 2022).

Em seguida ao episódio, em abril de 2013, o governo Dilma abdicaria da política de redução de juros iniciada em 2011 e o Banco Central do Brasil elevaria a taxa *Selic* de 7,25% para 7,50% em uma trajetória que seria ascendente até o fim de seu mandato, que encerraria em 11,65%, com vistas a combater a alta inflacionária.

O ponto de virada foi realizado com a nova composição do Ministério da Fazenda, sob o comando de Joaquim Levy, após Dilma ser reeleita nas eleições presidenciais em 2014. Tanto do lado da oposição e de alguns economistas ortodoxos, quanto da base aliada do Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais, Levy foi interpretado como “*um estranho no ninho*”. Contudo, para os primeiros a escolha era “acertada”; para os segundos era reconhecida como uma “traição” aos compromissos de campanha e a sua base social de apoio.

Para os setores das finanças, a recepção da indicação de Joaquim Levy, pode ser ilustrada pela afirmação do diretor de instituição financeira (de nome não divulgado) ao Jornal Valor Econômico: “Se soubesse que a Dilma escolheria o Levy para a Fazenda, teria votado nela e não no Aécio [Neves]” (JARDIM e MOURA, 2021). Para o campo econômico, sua indicação para ministro da fazenda significaria “a volta do bom humor” com a economia. Seria o retorno de um modelo de desenvolvimento via mercado e a eliminação dos ditos excessos do Estado. (MOURA, 2022).

## **9 Breve incursão sobre o retorno do neoliberalismo mercado nos governos Temer e Bolsonaro.**

Com o impedimento de Dilma e a ascensão do governo Temer (2016), as políticas de austeridade foram incorporadas de forma sistemática, como parte de um programa econômico denominado “Uma Ponte para o Futuro”, o qual foi constituído por um conjunto de propostas que buscou a criação de dispositivos de controle da política fiscal, para manter as despesas e investimentos públicos do Estado dentro do teto dos gastos públicos. Para tanto, o governo alterou a Constituição Brasileira de 1988 para instituir um Novo Regime Fiscal; também implantou a reforma trabalhista, que visou restringir a legislação e ampliar a flexibilização sobre o mercado trabalho e a criação de uma nova instituição denominada Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal, com a finalidade de “salvaguardar” as ações relacionadas aos dispêndios do governo brasileiro e orientar as decisões dos parlamentares, assim como a elaboração das bases do projeto de reforma da previdência, que seria aprovado durante o Governo Jair Bolsonaro em 2019.

29

Dando continuidade a um modelo de desenvolvimento focado no mercado, a política econômica do governo Bolsonaro, liderada por Paulo Guedes, colocou em prática a busca de equilíbrio das contas públicas, com cortes em gastos públicos na educação, saúde, segurança, reforçando um modelo de desenvolvimento com protagonismo dos mercados, com destaque para o mercado de armas de fogo. Por outro lado, o mercado de trabalho permaneceu com pouco ou nenhum estímulo, gerando os maiores números de desemprego do Brasil contemporâneo. Em paralelo, as altas taxas de inflação e taxas de juros intimidaram o consumo das famílias, ampliando a miséria e a fome na sociedade brasileira, enquanto os mercados de agronegócio e de armas de fogo seguem com lucros exorbitantes (VIEIRA, 2021).

## **10 Apresentação dos artigos que compõem o dossiê**

Como vimos nesse texto, ao longo da história econômica e política brasileira, ocorre uma constante oscilação entre o melhor modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo Estado brasileiro, de acordo com as visões de mundo de cada elite dirigente que chega ao poder; ora tivemos o mercado como protagonismo, ora o Estado, sugerindo que decisões econômicas e políticas nunca são neutras, mas resultado de visões de mundo das elites econômicas e políticas dominantes.

Os artigos que apresentamos a seguir, demonstram, de forma empírica, alguns dos argumentos levantados nesse texto, como por exemplo, a possível relação existente entre os perfis sociais das elites dirigentes e decisões econômicas e a oscilação entre o protagonismo do mercado e do Estado, assim como a disputa entre monetaristas (neoliberais) e heterodoxos (desenvolvimentistas).

O primeiro texto, de Leonardo Silva e Márcia Mazon preenche uma lacuna na literatura, pois trata de um período que carece de mais estudos no Brasil, os anos Sarney. O artigo intitulado **“Americanização das trajetórias e a renegociação da dívida externa: notas sobre o início do governo Sarney”** abordou a guerra palaciana em torno da condução da economia no início do governo Sarney, identificando as disputas para se pensar a dívida externa, tomando como foco o embate entre os defensores do tratamento técnico da dívida, os monetaristas - representados na ocasião por Dornelles, Lemgruber e Rosenberg e os proponentes da abordagem política, os heterodoxos, representados por Sergio de Freitas, Sayad e Funaro. Por meio do estudo do perfil social dos agentes engajados na disputa, os autores examinaram a relação entre a americanização das trajetórias e as escolhas pela negociação da dívida, defendendo que os agentes defensores da negociação técnica tinham laços com as autoridades internacionais e compartilhavam com essas instituições não apenas a preferência pelo monetarismo, mas o alto nível de americanização e o interesse na liberalização da economia brasileira, enquanto os proponentes da negociação política não eram americanizados e nem conectados às autoridades internacionais e demonstravam maior proximidade à heterodoxia e interesse no crescimento econômico.

30

O segundo artigo, de Mateus C. M de Albuquerque e Marília Correia Machado, intitulado **“Perfil dos reguladores e a internacionalização do sistema bancário brasileiro: há relação? (1995-2014)”**, se dedica a estudar os anos Cardoso, Lula e o primeiro governo Dilma e busca entender se há relação entre o perfil dos dirigentes do Banco Central e a internacionalização do sistema bancário brasileiro. Após estudo dos dados prosopográficos da equipe dirigente do BC, os autores afirmam que a variável política não pode ser completamente descartada, uma vez que no processo de internacionalização do sistema bancário, é inegável a organização política dos banqueiros. Contudo, os autores não confirmam a relação direta entre perfis dos reguladores e a internacionalização do sistema bancário, argumentando que o processo de internacionalização do sistema bancário brasileiro se apresentou de forma crescente ou constante ao longo de todo recorte temporal da pesquisa, não

acompanhando as variações no perfil de carreira e de formação dos reguladores, muito menos os governos.

O terceiro artigo, de Gilberto Mohr Corrêa e Ana Carolina Bichoffe. intitulado **“Defesa, desenvolvimento e controvérsias tecnológicas- produtivas: a questão da aquisição de aeronaves de caça”**, também se dedica aos anos Cardoso, Lula e Dilma e busca descrever o contexto político e econômico no qual houve a emergência da questão de substituição dos caças, cuja existência se estabilizou com a assinatura dos contratos associados ao Projeto F-X2. Com forte inspiração na sociologia pragmática, os autores buscam identificar os principais temas controversos no debate, suas forças conformadoras, argumentos, justificações e posicionamentos. Um dos resultados do artigo é que a controvérsia evoluiu em torno dos temas estruturados de Geopolítica, Segurança e Capacidade de Defesa; Gastos Públicos e Impacto Econômico e Tecnológico. Da mesma forma, a questão do desenvolvimento nacional esteve presente em todos os momentos, na medida em que se torna o eixo norteador, sobretudo de justificativas por parte dos atores. Com relação à questão Geopolítica, os polos objetivaram se colocar em evidência como parceiros para o desenvolvimento brasileiro. À temática de Capacidade de Defesa e Segurança foi associada a noção que, para se desenvolver, um país precisa ser forte o suficiente para dizer não frente a interesses estrangeiros. Já a temática de Impacto Econômico e Tecnológico traz associações técnico-produtivas que buscam ligar a questão dos caças com diversos conceitos econômicos e tecnológicos relacionados ao desenvolvimento. Por fim, a temática de Gastos Públicos teve protagonismo de maneira marcante no desenrolar da controvérsia.

31

O quarto e último artigo, de Audrei Rodrigo Pizolati, **“Docência, ensino e aprendizagem na conjectura de livre-mercado”**, também se interessa pelos anos Cardoso, Lula e Dilma e busca examinar como o Estado neoliberal imputou às escolas, aos alunos e professores um papel preponderante no desenvolvimento da nação. Com inspiração no conceito de governamentalidade, de Foucault, a autora examina como se desenvolve a confluência entre a educação e as teorias socioeconômicas na conjectura neoliberal, possibilitando a consolidação da racionalidade de livre-mercado com vistas ao protagonismo estudantil, ao mesmo tempo em que os estudantes passam a ser responsabilizados por suas escolhas de vida, por seu desempenho escolar e pelo seu (in)sucesso no trabalho e na geração de renda. Neste cenário, estudante e professor configuram-se como neossujeitos, empreendedores e empresários de si próprios. Isso posto, a autora faz um estudo da legislação

relacionada à educação, para concluir que na agenda neoliberal instituída no Brasil após anos 1980, as políticas educacionais se centram para preparar o jovem para o mundo do trabalho. Portanto, os alunos e os professores são subjetivados à lógica de mercado, que privilegia a performance com base nos resultados. Segundo a autora, essa diretriz é encontrada não apenas nos anos Cardoso, mas também nos Lula e Dilma, quando a influência da racionalidade de livre-mercado se consolida na educação, com a justificativa de forjar indivíduos flexibilizados no mundo do trabalho e protagonistas do desenvolvimento da nação.

## 11 Referências bibliográficas:

ALESINA, Alberto F.; ARDAGNA, Silvia. Tales of Fiscal Adjustment. **Economic Policy**, n.13, p.489-585, 1998.

ANTUNES, Ricardo. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n.87, 2004.

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, v. 17, 2003.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOSHI, Renato; DINIZ, Eli. **Empresários, Interesses e Mercado**: Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_.; GAITAN, F. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n.53, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie** Paris, Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Razões prática**, Papyrus editora, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Cardoso. **Em Busca do Novo**: o Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Macroeconomia da estagnação:** Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: Ed. 34, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

\_\_\_\_\_. ; IANNI, Otavio. (Orgs.). **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. Les usages nationaux d'une science globale: la diffusion de nouveaux paradigmes économiques comme stratégie hégémonique et enjeu domestique dans le champs nationaux de reproduction des élites d'Etat. In: **Sociologie du travail**, 2006.

DINIZ, E. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000-2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011.

DURKHEIM. E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa:** o Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Martins fontes, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: contracorrente, 1975.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOBETTI, Sergio Wulff; AMADO, Adriana Moreira. Ajuste fiscal no Brasil: algumas considerações de caráter pós-keynesian. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 1, p. 139-159, jan./mar. 2001.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social:** o problema da imersão. **RAE**, v. 6, n.1, 2007.

GRYNSZPAN, Mario; GRILL, Igor. Dossiê Elites: recursos e legitimação. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.8, n. 15, 2011.

GRUN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, v.2, n.13, p.381-410, out. 2007.

\_\_\_\_\_. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiros em 2009. **Dados**, v.53 n.2, 2010.

\_\_\_\_\_. Entre o PiG e o Mensalão Mitologia política e realidade contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, n.86, 2014.

\_\_\_\_\_. A sociologia econômica no Brasil: balanço de um campo jovem, comentários. *In*: Sergio Miceli; Carlos Benedito Martins. (Org.). **Sociologia brasileira hoje**. Cotia: Ateliê editorial, 2017, p. 87-96.

\_\_\_\_\_. **Da Pizza Ao Impeachment: Uma Sociologia Dos Escândalos No Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Alameda Casa, 2018.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JARDIM, Maria Chaves. Entre a solidariedade e o risco, sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Editora Annablume, 2009.

34

JARDIM, Maria Chaves. Criação e gestão de fundos de pensão: novas estratégias sindicais. **BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 63, p. 31-46, 2007.

\_\_\_\_\_. The 2008 financial crisis: government discourses and strategies and pension funds in Brazil. **Dados**, v. 56, p. 34, 2013.

\_\_\_\_\_. Habitus individual e habitus coletivo: compreender o Estado a partir da biografia de ministros e ministras dos períodos Cardoso e Lula. Livre docência defendida no Departamento de Sociologia, FCLar, Araraquara, 2018.

\_\_\_\_\_.; PORCIONATO, Gabriela. A construção social do mercado da construção civil nos anos 2000: o caso da habitação e o papel do Estado. **Revista Estudos de Sociologia**, vol 22, n. 47, 2017.

\_\_\_\_\_.; SILVA, M.R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** São Paulo: Unesp, Selo Acadêmico, 2015.

\_\_\_\_\_. MOURA, Paulo José de Carvalho. Entre a ortodoxia e a heterodoxia: Disputas simbólicas nos governos petistas (Lula e Dilma) para a imposição da doxa econômica. **NORUS**, v. 9, n. 16, p. 52-80, Ago./Dez. 2021.

LEBARON, Frédéric. **La Croissance économique**. Les Économistes entre Science et politique. Paris: Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_.; DOGAN, Aykiz. Do central banker's biographies matter? **Sociologica**, Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. La croyance économique dans le champ politique français, **Regards croisés sur l'économie**, v. 1, n. 18, p. 32-44, 2016.

LOPREATO, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

LOUREIRO, Maria Rita G. **Os Economistas no Governo: Gestão Econômica e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política**. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MERTON, Robert. K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968.

35

MONTEIRO, C. UNDERRAGA, Tomás. Apresentação de dossiê: Estado, mercado e desenvolvimento. **Rev. Sociol. Polit**, v. 23, n. 55, p. 03-10, set. 2015.

MOURA, P. J.C. Entre a ousadia e o dever de casa: a política fiscal do Governo Dilma (2011-2014): discursos, agentes e instituições. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, FClar, 2022.

MUNDO NETO, Martin. **Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, 2012.

ORLÉAN, A. **Le pouvoir de la finance**. Paris: Odile Jacob, 1999.

PEDROSO NETO, Antonio. José. As organizações do trabalho diante de mudanças organizacionais e privatização. **Tomo (UFS)**, v. 18, p. 11-42, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.

PINASSI, Maria. Orlanda. (Neo) Desenvolvimentismo ou luta de classes? **Viomundo**, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3cXL1CN>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de América Latina y alguno de sus principales problemas**. Cepal, 1949.

SAINT MARTINS, Monique. **Da reprodução às recomposições das elites**: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. TOMO, n.13, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma abordagem dinâmica para reconversões. **Revista Estudos de Sociologia**, vol. 27, 2022.

SALLUM, Jr Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p.23-47, 1999.

\_\_\_\_\_. GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política**. v. 24, n. 60, 2016.

SEN, Amartya. **Rationality and freedom**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

36

SILVA, Márcio Rogério. **Novos enquadramentos culturais na relação estado e mercado entre 2003 e 2012**: um estudo de caso dos arcabouços culturais, normativos e financeiros das PPP Belo Monte e Jirau no PAC. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

\_\_\_\_\_. Banco **Central e os sentidos sociais da ação em política monetária**: as justificações morais distintas dos usos sociais do dinheiro. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, 2017.

SIMMEL, G. **Philosophie de l'argent**. Paris: Puf, 2009.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 102, 2015.

SOCHAZCEWSKI, A. C. Políticas de crescimento e o futuro do Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. **Políticas para a retomada do crescimento**: reflexões de economistas brasileiros. Brasília: Ipea/Cepal, 2002.

SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

TAVARES, M. C. (Des) ajuste Global e Modernização Conservadora. *In*: Tavares, M.C; Fiori, J.L. (Org.). **(Des) ajuste Global e Modernização Conservadora**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 13-137.

VIEIRA, Mateus. Construção social do mercado de armas de fogo pequenas e leves no Brasil: um mercado contestado. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2021.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WOODFORD, Michael. Convergence in macroeconomics: elements of the new synthesis. **American economic journal**, v. 1, n.1, p. 267-279, 2009.